

# GLOBALIZAÇÃO E A NOVA CRISE DE LEGITIMAÇÃO\*

Alessandro Bonanno

## Resumo

Este artigo investiga a questão da legitimação social sob a globalização, que tem caracterizado a difusão do neoliberalismo e a concomitante reestruturação da intervenção do Estado na economia (um controle bastante reduzido das conseqüências não-desejadas do funcionamento do mercado) e na sociedade (redução de programas sociais). O desenvolvimento do fordismo, no início do século XX, e do alto-fordismo, nas décadas subseqüentes à Segunda Guerra Mundial, caracterizaram uma forte intervenção estatal, central para o equilíbrio entre o acúmulo de capital e a legitimação social. Ao afirmar que a prosperidade socioeconômica e a democracia substantiva poderiam ser simultaneamente alcançadas, o fordismo foi deslegitimado à medida que as condições econômicas se deterioraram e as demandas por democracia substantiva permaneceram não-atendidas. A globalização neoliberal alterou o capitalismo fordista por meio da redução do Estado social e da abertura para, e integração com, forças de mercado globais. Ela também gerou a necessidade de expansão da vigilância e controle sociais. A evolução da globalização neoliberal é dividida em três períodos distintos, cada um legitimado por uma ideologia específica: 1) o fim da Guerra Fria e o "fim da história"; 2) o "Consenso de Washington"; e 3) a "era do império". Cada fase passou por uma crise de legitimação que foi atendida por novos construtos ideológicos. A fase atual da globalização, a "era do império", tem sido legitimada por meio de uma ideologia que propõe a liderança política e cultural dos EUA como algo auto-evidente e unificador. Esta ideologia choca-se com condições históricas atuais que se caracterizam por divisões e oposições agudas. Como resultado dessa situação, a globalização contém as condições para uma nova crise de legitimação.

---

\* Traduzido do inglês por Cynthia Harnlin.

### **Palavras-chave**

Globalização. Neoliberalismo. Nova crise de legitimação.

## **GLOBALIZATION AND THE NEW LEGITIMATION CRISIS**

### **Abstract**

This essay probes the issue of social legitimation under globalization. Globalization has featured the diffusion of neo-liberalism and the concomitant restructuring of the state intervention in the economy (greatly diminished control of the unwanted consequences of market functioning) and society (reduction of social programs). The development of Fordism at the outset of the XXth Century and High Fordism in the decades following World War Two featured strong state intervention that was central in balancing capital accumulation and social legitimation. Claiming that socio-economic prosperity and substantive democracy could be simultaneously achieved, Fordism was delegitimized as economic conditions deteriorated and calls for substantive democracy remained unmet. Neoliberal Globalization altered Fordist capitalism by reducing the social state and opening local economies to, and integrating them with, global market forces. It also called for expanded surveillance and social control. I divide the evolution of neoliberal globalization into three distinct periods: 1) the end of the Cold War and "the end of history"; 2) the Washington Consensus; and 3) the age of the empire. I maintain that each of these three periods was legitimized by a specific ideology. Each phase underwent a legitimation crisis that was addressed by new ideological constructs. I analyze this process. Additionally, I argue that the current phase of globalization, "the age of the empire," has been legitimized through an ideology that proposes US political and cultural leadership as self-evident and unifying. This ideology, I contend, clashes with current historical conditions that are characterized by sharp splits and oppositions. As a result of this situation, the essay concludes, globalization contains the conditions for a new legitimation crisis.

### **Keywords**

Globalization. Neoliberalism. New legitimation crisis.

## 1 Introdução

Nos Estados Unidos, a grande expansão econômica e o regime de regulação e acumulação do alto-fordismo que caracterizaram e era pós-Segunda Guerra Mundial foram justificados pela teoria da modernização, a idéia segundo a qual a organização socioeconômica liberal-democrata do período constituiria a base para se alcançar a prosperidade econômica, a estabilidade social e a liberdade (AGLIETIA, 1979; LIPIETZ, 1992). Tal construto baseou-se em formas mais antigas de teoria social moderna, reformulando-as, a fim de que se encaixassem nas novas condições. A tradição da teoria social moderna tinha posições múltiplas e por vezes contraditórias, mas todas afirmavam que a ciência, a tecnologia e a expansão das forças econômicas levariam a um progresso material, social e moral universais. De forma semelhante, a teoria social do pós-guerra caracterizou-se por uma série de debates acerca do melhor caminho para a abundância e para a estabilidade social, mantendo a fé modema na ciência e em sua mensagem universalista. Nesse contexto, a "teoria da modernização" emergiu como um construto teórico que se apropriou da fé no poder da descoberta científica, presente na teoria modema, e voltou-se para seus subprodutos contemporâneos de alta tecnologia, assim como para os avanços revolucionários na produção de informação e nos meios de comunicação, a fim de enfatizar o caminho americano ou 'ocidental' para a prosperidade.

Após uma breve discussão que resume a desintegração do regime fordista e a teoria da modernização do pós-guerra, este ensaio se volta para a emergência do discurso da globalização, identificando-o como uma reconstrução da teoria da modernização sob a égide do Estado nacional americano. O contexto desta nova teoria é o fim da divisão Leste-Oeste, uma suposta terceira revolução industrial nas tecnologias de informação e comunicação, assim como novas formas de conflito internacional e de oposição antiglobalização. Reconhecemos três períodos distintos de globalização, os quais têm dimensões históricas e discursos ideológicos específicos que servem como instrumentos de legitimação.

O primeiro período - o fim da Guerra Fria e o "fim da história" - começou com o desmantelamento do sistema fordista de acumulação de capital e legitimação social, justificado por uma forte fé nas virtudes do 'livre mercado' e na capacidade irrestrita do capital de se movimentar pelo globo. Emprego a

teoria do "fim da história" de Francis Fukuyama como um indicador teórico do discurso dominante da época, assim como de uma forma de legitimação social. Os limites no funcionamento do livre mercado geraram críticas a partir tanto de grupos dominantes quanto de subordinados. A situação levou ao segundo período de globalização – o Consenso de Washington. Este período foi caracterizado pelo estabelecimento de novas formas de re-regulação do capitalismo global, exemplificadas pela emergência de acordos globais e continentais de comércio e de atividades econômicas (por ex., OMC e Nafta), e por uma teoria da legitimação que contemplou uma intervenção redirecionada do Estado-Nação na economia e na sociedade. O papel do Estado nacional americano como "o hegemom global" e o "coercivo relutante" serviu, simultaneamente, como uma forma de intervenção política, econômica e social, por um lado, e como um discurso teórico que legitimou a globalização, por outro. Utilizo o trabalho de Thomas Freidman para ilustrar este discurso e seu referencial legitimador. Escândalos corporativos (por ex., Enron) e o 11 de setembro puseram um fim a este período e sinalizaram o início da fase contemporânea, o terceiro período de globalização, a "era do império". Utilizo-me do *The National Security White Paper*, documento oficial que esboça a doutrina Bush, como um indicador do discurso que legitima esta fase da globalização. Seu unilateralismo, entretanto, é contraditório e choca-se com as divisões e oposições declaradas que caracterizaram as arenas americanas internacionais e domésticas. Concluo que as contradições deste período representam uma oportunidade para a reorganização da globalização, afastando-a de seu caminho neoliberal atual.

## **2 O alto-fordismo e seu declínio: legitimidade baseada na modernização guiada pelo Estado**

O período conhecido como fordismo (cerca de 1920-1975)<sup>1</sup> tem sido objeto de escrutínio intenso por parte daqueles que estudam os aspectos sociais da economia (por ex., Aglietta, 1979; Friedland et al., 1991; Harvey, 1989; McMichael, 2004). O retrato que emerge desses estudos é o de uma era na

---

<sup>1</sup> O alto-fordismo refere-se às três décadas subsequentes à Segunda Guerra Mundial (1945-1975). Esses foram os anos nos quais o fordismo alcançou seu status mais elevado, antes de experimentar sua crise final. Veja Antonio e Bonanno (1996).

qual a intervenção dos agentes e agências do Estado-Nação ("o Estado") criou as condições para um "capitalismo organizado", cujo objetivo era assegurar o crescimento contínuo e a estabilidade social (AGLIETTA, 1979; OFFE, 1985). O fordismo teve múltiplas fases, mas culminou na expansão econômica pós-Segunda Guerra Mundial ou "alto-fordismo" (1945-1975). O modo de discurso dominante desta era, a "teoria da modernização", reativou a idéia de progresso de teóricos sociais anteriores, mas enfatizou a ciência altamente avançada e especializada do alto-fordismo, suas organizações complexas e seu papel no sentido de assegurar o crescimento contínuo no setor privado e o aumento do planejamento público e privado. Os teóricos da modernização alardearam a capacidade de um desenvolvimento planejado e formas de estender este processo para o resto do mundo. A complexidade e a interdependência sociais do alto-fordismo - intensificadas pela reconstrução pós-guerra praticamente global e pela crescente internacionalização econômica, assim como pelo desejo de evitar um retomo à depressão pré-guerra - favoreceram uma crença no papel do Estado de corrigir falhas no mercado, assegurar bens públicos e promover a segurança social. Mesmo os críticos liberais da social democracia e dos mecanismos de bem-estar do Estado fizeram concessões acerca de seu papel (por ex., Hayek, Schumpeter). No entanto, os teóricos da modernização questionaram os limites da intervenção estatal e discutiram as melhores formas de se equilibrar mercado e Estado. O discurso da teoria da modernização variava da social-democracia ao keynesianismo anglo-americano orientado pelo mercado." Os teóricos da modernização construíram suas teorias pressupondo um mundo militarizado e dividido entre o "mundo livre" liderado pelos EUA e o bloco comunista, que colocava limites ao desenvolvimento capitalista, e concebiam os conflitos em termos de dois quadros de referência divergentes acerca da modernização: o liberal democrático e o comunista. A liderança econômica e militar dos EUA tomou-se uma fonte crescente de tensão e divisões à medida que o crescimento do pós-guerra se expandiu e, depois, retrocedeu. Apesar disso, nestas décadas, os teóricos americanos tenderam a perceber a modernização como uma visão e um projeto político guiados pelos EUA.

---

<sup>2</sup> As teorias marxistas e o comunismo também prometeram seus próprios esquemas de desenvolvimento e modernização. No entanto, este artigo refere-se a regimes capitalistas e seus esforços para integrar mercados e Estados.

Além da intervenção visando controlar as forças do mercado, o Estado mostrou-se ativo na criação de um pacto social entre trabalhadores e gerências que envolveu concessões mútuas benéficas que expandiram a produção e a produtividade e aumentou o consumo (HARVEY, 1989; MCMICHAEL, 2004). Talcott Parsons, o teórico social mais importante do período, escreveu sobre uma grande era na qual a classe trabalhadora obteve ganhos inconcebíveis apenas algumas décadas antes (1971, p. 112-14). Ele defendeu que "inovações estruturais" democráticas tomaram os EUA o "líder do sistema moderno" – nações que desejassem se modernizar teriam que seguir sua trilha (PARSONS, 1971, p. 122). Ele acreditou que mesmo o comunismo, pressionado pela necessidade de racionalizar a produção e as organizações complexas, convergiria para o modelo americano. A visão parsoniana de "modernização progressiva" retratou a democracia americana como havendo transcendido as velhas divisões de classe e o ciclo econômico anterior do capitalismo. Embora tenha reconhecido a existência de clivagens raciais, pobreza e outros problemas sociais, defendeu que a modernização apagaria essas facetas remanescentes do sistema antigo (PARSONS, 1971, p. 86-87, 129, 140-143). Ao identificar modernização e americanização, ele percebeu o sistema americano do pós-guerra como um avanço evolutivo de significância universal. Nem todos os teóricos da modernização concordaram com este cenário, mas a maioria acreditava que a versão americana do capitalismo democrático estava se espalhando e gerando maior igualdade, abundância e liberdade no mundo inteiro. O importante economista americano W. W. Rostow (1960) tinha uma percepção semelhante de modernização. O keynesianismo americano, ele argumentou, fornecia o mapa para o sucesso de regiões menos desenvolvidas que desejavam seguir a trajetória de crescimento dos Estados Unidos. A capacidade do fordismo de, simultaneamente, promover a acumulação de capital e a inclusão social de grupos subordinados revelou-se como uma receita desenvolvimentista excepcional, gerando um otimismo amplamente difundido acerca da capacidade do capitalismo de superar suas crises e contradições.

Os críticos reconheceram que, ainda que o fordismo tenha privilegiado as classes mais altas e mantido as grandes desigualdades de classe, raça e gênero intactas, ele funcionou bem para as classes trabalhadora e média em expansão e, em última instância, gerou pouco espaço para alternativas significativas. Num ataque à aceitação do *status quo* por parte dos intelectuais

americanos, o sociólogo radical e crítico social C. Wright Mills advertiu que uma sociedade de "alegres robôs" estava emergindo. De forma semelhante, Herbert Marcuse, um dos mais importantes teóricos dos "protestos sociais" da década de 1960, afirmou que os Estados Unidos eram uma "sociedade sem oposição". Ele argumentou que sua estrutura de "administração total" e de coordenação técnica gerava tipos de trabalho "espantosos" e "abrangentes", mas integrava a classe trabalhadora ao sistema ao oferecer amplamente bens de consumo que "doutrinam, manipulam" e destroem as capacidades críticas e o desejo de liberação (MILLS, 1961, p. 165-175; MARCUSE, 1964). O teórico crítico europeu Claus Offe (1985) escreveu acerca dos benefícios que a classe trabalhadora europeia recebeu do sistema de bem-estar expandido do fordismo, assim como das formas por meio das quais a disponibilidade e oferta de bens e serviços justificavam o sistema para aqueles que não se beneficiavam dele direta e imediatamente (OFFE; RONGE, 1979). Ele também enfatizou o controle social associado à participação no fordismo. Os membros da classe trabalhadora, argumentou, tinham que se tomar "clientes do Estado" antes de poder desfrutar de seus benefícios. Em essência, conforme ilustrado por Gramsci (1971) no capítulo dos *Cadernos do Cárcere* intitulado 'Americanismo e Fordismo', o fordismo era a resposta do capitalismo às demandas de um sistema industrial avançado no qual arranjos sociais desiguais, assim como o aumento drástico da produção e do consumo, tinham que ser regulados e legitimados.

Jürgen Habermas (1975) percebia a intervenção do Estado fordista como a condição primária para a legitimação do sistema. A transformação do mercado em um sistema oligopolista requeria planejamento e regulação crescentes. Esta intervenção estatal aumentada emergiu, portanto, como uma ferramenta para controlar flutuações econômicas, regular o ciclo econômico, manter emprego e crescimento plenos e melhorar as condições socioeconômicas das classes subordinadas. Com efeito, Habermas argumentou, a emergência desse Estado social fordista limitou os "custos sociais e materiais resultantes da produção privada" (1975, p. 35). Ao mesmo tempo, a intervenção estatal e as melhores condições socioeconômicas elevaram as expectativas de igualdade social e de maior participação nos benefícios socioeconômicos, que se chocavam com o "controle centralizado" do capitalismo e do Estado fordistas. Analisando as condições que puseram abaixo o fordismo e permitiram o desenvolvimento da globalização, Habermas

afirmou que a habilidade do Estado de sustentar sua intervenção expandida na economia e na sociedade era incompatível com o declínio contínuo da taxa de lucro e com a apropriação privada da mais-valia. Neste contexto, a tentativa fordista de reconciliar o controle corporativo da acumulação de capital com uma participação maior das classes mais baixas no funcionamento da sociedade perdeu legitimidade.

## 2.1 A crise do fordismo

O fordismo funcionou bem até o início da década de 1970 (HARVEY, 1989; LIPIETZ, 1992). Em torno desta época, revoltas raciais, protestos estudantis, aumento da inflação, crescimento econômico lento e fragmentação sociopolítica começaram a minar a legitimação fordista. Numerosas crises durante esse decênio (tensões raciais, escassez de petróleo, recessão, *Watergate*, o fim da Guerra do Vietnã, aumento dos impostos e estagflação) aumentaram a fragmentação sociopolítica. Além disso, um incremento da competição mundial diminuiu as margens de lucro dos EUA e de outras sociedades avançadas. A emergência de movimentos anti-Ocidente (por ex., o fundamentalismo islâmico), desafios globais aos modelos ocidentais de modernização e novas coalizões políticas (por ex., a OPEP) desafiaram a dominância americana na política e na economia internacionais. A "crise de legitimação" do Estado do alto-fordismo derivou, em última instância, de sua incapacidade de coordenar efetivamente, ou de realizar, suas promessas de provimento de benefícios sociais, bens públicos e regulação, de um lado, e de assegurar o crescimento econômico, de outro (O'CONNOR, 1974; HABERMAS, 1975). A falência do comunismo europeu, a bancarrota do comunismo soviético e maoísta e a erosão da social-democracia européia geraram novas dúvidas acerca das políticas centradas no Estado.

No início do decênio de 1980, as ascensões políticas de Ronald Reagan, nos EUA, e Margaret Thatcher, no Reino Unido, marcaram a chegada ao poder de forças neoconservadoras que responsabilizavam as estratégias do alto-fordismo pelo declínio econômico e social do Ocidente, e desenvolveram um projeto de "renovação cultural e econômica" que instituiu políticas neoliberais e uma agenda cultural conservadora. Neste contexto, as estratégias do alto-fordismo eram agora percebidas como "inflexibilidades" paralisantes. Um trabalho controverso e altamente influente deste período, *Contradições*



*Culturais do Capitalismo*. de Daniel Bell ([1976] 1996), argumentava que o trabalho e a organizao produtiva capitalistas eram historicamente sustentados por uma estrutura e uma moral de caráter puritanos e que esta cultura de não-mercado restringia os desejos liberados pela aquisio capitalista. Nesta visão, no entanto, os valores e hábitos da cultura burguesa, relativos ao trabalho, estavam sendo destruídos pela cultura popular hedonista que emergiu na era do pós-guerra. Bell argumentou que a *avant garde* da virada do século XIX para o XX lançou um modernismo "esttico" que contradizia o "ascetismo" protestante. Ele defendeu a idéia de que a esttica *avant garde*, ressuscitada pela revolta contracultural contra a cultura burguesa, depois comercializada pelos meios de comunicao de massa e pela indústria do entretenimento, universalizou o choque e a alienao artística, exauriu os impulsos criativos do modernismo e neutralizou os valores como trabalho, poupança, prudência, racionalidade e responsabilidade. De acordo com esta perspectiva, a cultura popular fez evaporar a visão puritana de sexualidade e de trabalho, centrais para a regulao da classe trabalhadora americana nos primeiros anos do fordismo.

A crítica cultural de Bell somou-se  crise de legitimao dos regimes fordistas e proveu munio para os neoliberais, que propuseram uma ideologia que atacava a regulao estatal da economia, dos impostos e a redistribuio de renda e de riqueza (AKARD, 1992; PRECHEL, 1994). Esta ideologia da globalizao reavivou fortemente a economia de livre mercado e a fundiu com o conservadorismo cultural. A crise de legitimao foi manifestada de forma muito mais poderosa e abrangente no discurso teórico interdisciplinar, onde o fim do regime fordista do pós-guerra foi identificado com o fim da modernidade. Bell argumentou enfaticamente que as tendências culturais pós-modernas estavam no cerne das contradioes culturais do capitalismo e da desintegrao da cultura do pós-guerra. Teóricos pós-modernos celebraram as próprias tendências que Bell depreciou e construíram argumentos sobre a exaustão do regime pós-guerra ainda mais extremados do que aqueles colocados pelos teóricos críticos e outros 'ps-marxistas'. A teoria pós-moderna tomou-se o discurso dominante na teoria social interdisciplinar por mais de uma década. Apesar de ser um discurso plural, um ataque central de grande parte da teoria pós-moderna ps em xeque o otimismo em relao  ciência, o planejamento e os projetos de desenvolvimento. Esta corrente apresentava uma afinidade com críticas neoconservadoras  engenharia social

ultra-ambiciosa do liberalismo da era pós-guerra. No entanto, muitos teóricos pós-modernos atacaram a idéia de progresso ou favoreceram expressamente posições 'declinistas'. Eles não apoiaram os argumentos de Bell ou dos neoconservadores acerca da necessidade de se restabelecer a autoridade, ou o 'economicismo' neoliberal emergente. O terreno complexo da teoria pós-moderna e da pós-modernização cultural está para além do escopo deste trabalho, mas tendências 'pós-modernas' foram manifestadas em uma ampla variedade de perspectivas que sugeriram o fim do progresso ou de suas alternativas e uma suspeição ou rejeição direta de mudanças socioeconômicas planejadas. Sugiro aqui que a emergência e ascendência dessas sensibilidades na vida cultural manifestaram um colapso no sistema de regulação do alto-fordismo e a exaustão dos regimes políticos relativos a ele, assim como da meta-legitimação da era pós-guerra - a teoria da modernização. Este tema está inscrito no próprio conceito de *pós-modernismo*.

### **3 O primeiro período da globalização: o fim da Guerra Fria e o "fim da história"**

Em tomo do fim da década de 1980, a queda do muro de Berlim e a crise final do regime soviético apontaram para o advento da era da globalização. O despertar da globalização foi saudado como a vitória definitiva da democracia americana. Escrita no momento em que o bloco soviético estava se desintegrando, a tese do "fim da história", de Francis Fukuyama (1989, 1992), proclamava uma nova era, incontestada, de neoliberalismo global. Amplamente discutido nos meios de comunicação de massa e debatido por teóricos sociais, seu ensaio tomou-se um marcador textual original da vitória do Ocidente, liderado pelos EUA, do fim da era pós-guerra e da desiderabilidade e inevitabilidade da globalização. Embora tenha sido atacada por muitos liberais progressistas e por outros críticos de inclinação esquerdista, sua tese sobre a hegemonia neoliberal e sobre a ausência de alternativas políticas foi amplamente aceita, não apenas por conservadores, mas também por progressistas (por ex. Bauman, 1992, p. 175-204; Offe, 1996, p. 3-30).

Três pontos centrais embasam a legitimação da globalização neoliberal de Fukuyama. Primeiro, ele argumenta que o colapso do comunismo e o fracasso do liberalismo do alto-fordismo provaram que o igualitarismo econômico e a engenharia social eram estratégias fracassadas. Assim, ele

declara que uma "democracia liberal" pura e simples (ou seja, o capitalismo de livre mercado) é a *única* opção para qualquer nação que aspira a ser moderna. Ele especula que nós podemos agora estar “em um ponto no qual não podemos imaginar um mundo substancialmente diferente do nosso, onde não existe forma aparente ou óbvia na qual o futuro representará uma melhoria fundamental sobre a nossa [isto é, americana] ordem presente [... r” (FUKUYAMA, 1992, p. 51). Ao retratar uma "total exaustão" das alternativas modernas ao neoliberalismo, Fukuyama defende que "uma definição estritamente formal de democracia" é superior à sua versão substantiva, agora falida. Ele argumenta ainda que a ênfase na igualdade social e na participação igualitária abre caminho para o "abuso infinito do princípio democrático". Em sua visão, os esforços do liberalismo do pós-guerra para reformar, redistribuir e regular são propensos a levar a abusos autoritários, semelhantes ao comunismo. Sua visão minimalista de democracia permanece enraizada na noção de efetividade e suficiência dos livres mercados, da igualdade formal e da legalidade formal. Seu posicionamento faz naufragar o apoio de Parsons e de outros teóricos da modernização do pós-guerra à justiça social e ao Estado de bem-estar. Em contraste com isto, Fukuyama celebra o fechamento do desenvolvimento guiado pelo Estado. Defendendo a posição neoliberal e neoconservadora de que a intervenção do "grande Estado" na economia e nas questões socioculturais é a principal causa do declínio americano, Fukuyama aplaude o retomo a um modelo de livre mercado e os esforços de empregá-lo mais amplamente nos EUA e espalhá-lo globalmente.' Em segundo lugar, Fukuyama sustenta que “os seres humanos são inerentemente desiguais”. De acordo com esta visão, ele defende que o capitalismo competitivo possibilita que as pessoas mais aptas e mais ambiciosas elevem-se ao topo e gerem renda que beneficia a todos (1992, p. 43, 289, 316). Em sua visão, a desigualdade econômica segue-se inevitavelmente ao fato de as pessoas receberem suas recompensas ou punições merecidas; assim, reações populistas ao aumento de desigualdades que se seguem a reformas de livre mercado não geram a necessidade de reformas econômicas ou de redistribuição, mas de esforços no sentido de se apoiar a legitimidade política e cultural do sistema. Terceiro, Fukuyama sugere que a capacidade do livre mercado de prover bens

---

) Fukuyama está se referindo às dimensões redistributivas e de regulação social do Estado.

de consumo justificaria suficientemente os arranjos sociais para a grande maioria de cidadãos médios. Ele sustenta que a abundância do livre mercado – "fácil acesso a videocassetes e estéreos" - é central para promover e estabilizar a democracia liberal (1989, p. 8). Dado que o sistema de globalização neoliberal aumenta a oferta de bens baratos, ele amortiza as conseqüências sociais da desigualdade e da insegurança e constitui um sistema muito mais eficiente e, em última instância, desejável do que poderia ser oferecido por intervenções guiadas pelo Estado. Fukuyama sugere que a visão pós-guerra de Marcuse acerca da justificação por meio da oferta efetiva de bens estava se tornando realidade na globalização neoliberal, embora tenha avaliado isso positivamente.

Fukuyama acusou os críticos sociais das décadas de 1970 e 1980 de exagerarem grandemente os problemas da modernização e de declararem sua bancarrota prematuramente. A popularidade de seu livro foi provavelmente fruto de sua expressão das políticas e dos sentimentos que emergiram e foram amplamente implementadas sob os governos de Thatcher e Reagan, e que já eram percebidas por muitos (especialmente pelas elites globalizantes) como inevitáveis e irreversíveis. Igualmente importante, sua aparição no momento do colapso do bloco soviético abriu caminho para um capitalismo genuinamente global, que proveria uma variedade mais ampla de bens de consumo baratos para mais pessoas do que jamais foi possível. De forma geral, Fukuyama deixou implícito que as esperanças de modernização estavam sendo reavivadas pela globalização neoliberal, neste sentido, seu trabalho constituiu uma retomada e uma reconstrução da teoria da modernização. Ele manteve a ênfase na abundância, mas abandonou a idéia do papel ampliado do Estado social, afirmando entusiasticamente que a redução da redistribuição, a regulação, a provisão pelo Estado de bem-estar e os bens públicos já estavam a caminho. Implicitamente, sugeriu um retomo a um regime político darwinista social. No entanto, absteve-se de argumentar que uma sociedade de consumo mais abundante e uma visão mais 'pura' de modernização seriam legitimação suficiente. Ele advertiu ainda que a natureza prosaica da globalização neoliberal não se aliaria com a natureza humana, que enfatiza a necessidade de exceder e tomar-se superior a outros, e esta limitação abriu caminho para respostas antimodernas. Assim, no vácuo político que se seguiu ao fim da divisão Leste-Oeste, Fukuyama abriu as portas para a defesa da ênfase libertária nos livres-mercados e para a preocupação, por parte dos

neoconservadores, de que os EUA poderiam subestimar novas ameaças antimodernas ou perder sua liderança para novos competidores.

### 3.1 A crise de legitimac ão do projeto do "fim da ideologia"

O otimismo de Fukuyama acerca da globalizac ão neoliberal n ão levou em considerac ão a complexidade dos mercados globais emergentes, nem os problemas que as corporac ães transnacionais encontravam para operar em um mercado global - isto é, a criaç ão de redes globais de produç ão e consumo que caracterizam a globalizac ão econ ômica. Captando o clima corporativo do per íodo, o executivo Alex Rubner (1990) afirmou que as corporac ães t ãm uma posiç ão "fraca" na economia global. Em sua vis ão, as corporac ães transnacionais encontram dois problemas principais. O primeiro consiste em sua relaç ão dif ícil com os Estados nacionais. Estados dom êsticos est ão cada vez mais incapacitados para defender os interesses das organizaç ães à medida que a estrat égia corporativa de hipermobilidade do capital - a busca por fatores de produç ão e situaç ães pol íticas mais convenientes em redor do mundo - diminui a efetividade da intervenç ão estatal e gera sentimentos anticorporativos entre o p úblico. Este ambiente "caótico", ele afirma, forç a as corporac ães a buscar interesses de curto prazo (lucros no curto prazo) que perturbam as relaç ães lucrativas no longo prazo. De acordo com Rubner, a mobilidade "predat ória" das corporac ães transnacionais é, freq üentemnte, resultado deste ambiente arriscado e por vezes hostil, e n ão de uma suposta avareza intrínseca aos planos dos executivos seniores dessas corporac ães.' No entanto, Rubner n ão concorda com uma regulaç ão pós-fordista extensiva e enfatiza a capacidade limitada dos Estados-Naç ões de coordenar e organizar os neg ócios internacionais. Apesar disso, ele sugere que as interaç ões econ ômicas, muito mais r ápidas, extensas e interdependentes na globalizac ão, na medida em que n ão disp ãem de uma autoridade reguladora centralizada, requerem alguma forma de regulaç ão "amigável" em termos de neg ócios a fim de reduzir os riscos associados à mobilidade e às transaç ões globais das corporac ães transnacionais. As lideranç as das corporac ães transnacionais e

---

<sup>4</sup> Uma posiç ão semelhante é defendida pelo escritor de esquerda Gavin Kitching (200\ ). o qual argumenta que a natureza predat ória das corporac ães transnacionais é o resultado de fatores inevitavelmente estruturais.

seus aliados conscientizaram-se de que o zelo anti-regulação dos ideólogos do livre mercado pode ser contraditório em relação aos objetivos de lucratividade corporativos. As dificuldades associadas à geração de condições mais estáveis para o desenvolvimento de redes globais motivaram as corporações transnacionais a apoiar a criação de acordos de comércio globais, como a OMe, e continentais, como o Nafta. Como tem sido amplamente divulgado nos noticiários e nas reportagens científicas, a comunidade dos negócios anunciou o estabelecimento desses acordos de comércio como um veículo fundamental para a criação de uma estabilidade muito necessária aos mercados internacionais. Lideranças políticas e corporativas reconheceram que o 'livre mercado' ainda precisa de regulação e que a nova onda de globalização requer a criação de novas políticas e instituições de regulamentação. Em contraste com o alto-fordismo, no entanto, os mecanismos de regulação tiveram que ser escritos de maneira 'amigável' às corporações, sem a carga excessiva decorrente de uma extensa legislação social e ambiental ou de uma grande rede de proteção oferecida pelo Estado de bem-estar social.

A globalização neoliberal também gerou críticas vindas de baixo. Críticos de esquerda argumentaram que os aumentos substanciais nos lucros corporativos e na riqueza da classe alta não resultaram em um incremento de renda significativo para a maioria dos americanos e que os ganhos do Nafta e do comércio internacional foram basicamente para os investidores.<sup>5</sup> Mostraram que a desigualdade continuou a crescer e que os benefícios com o aumento de produtividade eram monopolizados pelos ricos. Ainda mais importante, eles afirmaram que a globalização neoliberal perpetuou tendências do final do século XX que são maléficas aos trabalhadores – por ex., qualidade declinante dos empregos, da segurança e dos benefícios, redução de férias, aumento da jornada de trabalho, locais de trabalho mais autoritários e insegurança crescente. Eles também disseram que os ganhos de renda e de produtividade não foram milagrosos, estando muito abaixo dos alcançados

---

<sup>5</sup> As importações excederam as exportações e todos os cinquenta estados tiveram uma perda bruta de empregos sob o Nafta. As companhias usaram o Nafta para ameaçar os trabalhadores e para resistir aos impulsos de sindicalização. Estima-se que o aumento do comércio é responsável por entre 15 a 25% do aumento de desigualdade de renda em anos recentes. Em contraste com isto, Nafta continha uma série de medidas para proteger os investidores e mesmo para assegurar valores de investimento, devido a mudanças na regulamentação do governo (SCOTT. 2003).

no *boom* do pós-guerra e pré-1973, e mesmo daqueles atingidos nos críticos anos de 1970.<sup>6</sup> Defenderam que a expansão econômica não derivou de uma nova economia, mas foi o resultado da debilidade da mão-de-obra - por ex., sindicatos fracos e baixa taxa de sindicalização, ameaça de fuga do capital e competição global mantiveram reduzidas as pressões salariais (POLLIN, 2003).<sup>7</sup>

Essas críticas e as instabilidades às quais elas se referiam criaram as condições para uma virada na política de globalização americana. Os *policymakers* neoliberais, no setor privado e público, ainda enfatizaram a necessidade de políticas de 'livre mercado' mais extensivas (por ex., privatização, desregulamentação, securitização e diminuição do complexo do Estado de bem-estar remanescente do *New Deal*), mas também ressaltaram a necessidade de algumas medidas corretivas que dissessem respeito aos problemas enfrentados por corporações e investidores que emergiram na primeira fase da globalização neoliberal. Parte disso envolveu as novas estruturas de regulamentação mencionadas acima, mas também incluiu "parcerias entre os setores público e privado" e outros subsídios diretos aos negócios. Ironicamente, o conceito neoliberal de 'livre mercado' era um grande guarda-chuva que abrangia políticas neomercantilistas pró-negócios e também significados libertários mais familiares.

---

<sup>6</sup> A desigualdade aumentou menos do que na década de 1980, mas os grupos de maior renda e riqueza se distanciaram mais dos outros. De 1989 a 2000, o salário médio dos executivos corporativos seniores aumentou cerca de 79% e a média de compensação cresceu 342%. Em 1989, os executivos corporativos seniores ganhavam cerca de 72 vezes mais do que o trabalhador médio; em tomo do ano 2000, a proporção era de 310 para um. Apesar de dois aumentos substanciais no decênio de 1990, o salário mínimo, controlado pela inflação, ainda era 21% menor em 1999 do que em 1979 (quando estava bem abaixo do seu pico, em 1968). (MISHEL; BERNSTEIN; SCHMITT, 2001, p. 186-188; ECONOMIC POLICY INSTITUTE, 2003, p. 9).

<sup>7</sup> Os críticos argumentam que os neoliberais criticam outras nações ricas por não aderirem à agenda do 'livre mercado', mas que, comparados a elas, os EUA tiveram o maior nível de desigualdade econômica, pobreza mais profunda e difícil de superar e, de longe, os piores níveis de pobreza infantil. Além disso, outras nações ricas provêem serviços de saúde, aposentadoria, segurança no emprego, férias e outros benefícios sociais de forma mais igualitária entre seus habitantes. Sobre esta questão e sobre o argumento acima, veja Mishel, Bernstein e Schmitt (2001, p. 371-406); Phillips (2002, p. 108-168); Henwood (2003, p. 79-143).

#### 4 O segundo período da globalização neoliberal: o "Consenso de Washington"

As características contraditórias da globalização, discutidas acima, tomaram-se pontos de discussão centrais entre as elites políticas e económicas dos EUA. A liderança do Partido Democrata e seus aliados formularam novas políticas. Os "Novos Democratas" argumentaram que as perdas de seu partido foram efeito de suas posições "excessivamente liberais" em relação ao bem-estar, impostos, desenvolvimento económico, crime, política exterior e cultura, e da conseqüente base política estreita fornecida pela *intelligentsia* branca de tendências de esquerda e por minorias raciais e étnicas. Os Novos Democratas argumentaram a favor da expansão do crescimento económico, em vez da redistribuição de riqueza; da diminuição do crime, em lugar do encorajamento da permissividade; do fortalecimento das famílias, e não do estímulo de uma dependência no sistema de bem-estar; da adesão a uma cultura compartilhada, em vez da diferença; e da defesa de livres mercados globais e da democracia, em lugar do socialismo e da ditadura. Eles queriam se livrar do rótulo de liberais, mas sustentavam que não aceitavam modelos de oferta económica, conservadorismo cultural, nem nacionalismo; e que ainda apoiavam justiça social, a inclusão e o multilateralismo. A vitória de Bill Clinton sobre George H. W. Bush foi um triunfo para a estratégia de "terceira via" dos Novos Democratas (isto é, o abandono de políticas do *New Deal*, mas parando a somente um passo do conservadorismo republicano).

O presidente Clinton governou sob uma grande expansão económica, com reduzida taxa de desemprego, inflação baixa e aumento de renda considerável (que, mais tarde em sua administração, veio a beneficiar até as classes médias e baixas). Ele também exerceu restrições fiscais que lhe permitiram liquidar os grandes déficits federais dos governos de Reagan e de Bush. O presidente Clinton ajudou a gerar um interesse público mais amplo na globalização, elogiando a nova economia da informação, os mercados globais e o livre comércio como motores de crescimento económico. Em seu discurso de posse, ele reconheceu problemas domésticos persistentes, assim como novas ameaças internacionais, mas argumentou que as divisões da Guerra Fria estavam sendo substituídas por uma integração económica global e por um crescimento económico sustentável. Mesmo antes de sua vitória no primeiro turno, procurou promover os mercados financeiros, o livre comércio



e déficits mais baixos. Ele assinou o Nafta e teceu louvores aos seus benefícios, assim como ao acordo de comércio e de investimento assinado com o Uruguai e à nova Organização Mundial do Comércio (OMC). Clinton defendeu a globalização "ré-regulada" por meio de políticas que aumentavam o poder do capital sobre o trabalho. Fortalecendo os laços da administração com os mercados financeiros e defendendo a globalização neoliberal, Robert Rubin, do banco de negócios Goldman Sachs, inicialmente presidiu o Conselho Econômico Nacional e depois foi secretário do Tesouro de Bill Clinton. Rubin foi o arquiteto principal da política econômica durante o *boom* do mercado (veja Rubin e Weisberg, 2003). Clinton reteve, como diretor da Reserva Federal, Leonard Greenspan, que compartilhava a visão da administração central de que a estabilidade e o crescimento dos mercados financeiros são as maiores prioridades da formulação de políticas econômicas. Os *booms* financeiros derivam de diversos fatores, mas as políticas econômicas do presidente Clinton contribuíram substancialmente para a expansão maciça dos mercados.

O complexo de instituições e políticas que espalha o "fundamentalismo de mercado" anglo-americano pelo mundo tem sido chamado de "Consenso de Washington", em referência à dominância dos EUA no FMI, Banco Mundial e outras instituições econômicas 'multilaterais' e ao papel do Tesouro Americano e de outros suportes com base em Washington, centrais à globalização neoliberal (STIGLITZ, 2003, p. 228-231). A consolidação dessas instituições de regulamentação globais, por parte do governo Clinton e pelas Conferências do G8, apontou para algumas das maiores contradições do primeiro período da globalização neoliberal. O *Lexus e a Oliveira*, de Thomas L. Friedman, é possivelmente o trabalho mais popular e influente de legitimação e celebração das políticas econômicas do governo Clinton e da mentalidade característica do *boom* dos mercados financeiros da década de 1990. Grande parte da obra de Friedman baseava-se em entrevistas com as elites globalizantes e manifestava visões presumivelmente gerais do período anterior ao 11 de setembro.<sup>8</sup> Ele atribuía a onda de progresso à globalização neoliberal, enfatizando fortemente que ela estava provocando avanços revolucionários no bem-estar econômico e que trazia democracia e liberdade. Ele compartilhava a visão de Fukuyama de que não existem regimes políticos alternativos que possam sustentar o crescimento e que o alto-fordismo estava acabado. Como Fukuyama, ele pressupunha uma nova versão minimalista de

modernização. No entanto, o trabalho de Friedman era uma defesa muito mais exuberante da globalização neoliberal e estava em sintonia com a expansão excepcional dos mercados financeiros e com o otimismo acerca dos negócios relativos à internet. Sua terminologia "americanização-globalização", remanescente da terminologia de Parsons, "americanização-modernização", significava que as forças motrizes do progresso universal estavam enraizadas em instituições americanas pioneiras." Como Parsons, ele afirmava que a reestruturação dos EUA os havia tomado o líder e modelo padrão para outros participantes do sistema de globalização (FRIEDMAN, 2000, p. 379-405). Friedman escreveu efusivamente sobre uma "democratização" fundamental da tecnologia, das finanças, da informação e dos processos decisórios ou do poder. Talvez o tema mais enfaticamente repetido ao longo do livro é o de que as novas tecnologias, instrumentos financeiros e formas de informação que reduziram o poder do Estado e animaram a globalização também aumentaram o bem-estar, a participação e a liberdade dos indivíduos ligados ao novo mundo conectado à internet e à economia global.<sup>9</sup> Ele afirmou que os indivíduos eram *empoderados* de formas revolucionárias. De acordo com esta visão, a globalização, em

---

<sup>9</sup> Friedman afirmou que os impactos da globalização "explodiram todas as principais alternativas ideológicas" ao fundamentalismo de mercado anglo-americano: este modelo em "tamanho único" requer a remoção de todas as restrições políticas ao mercado. Segundo ele, a rejeição do neoliberalismo condena uma nação ao atraso e mesmo desvios moderados têm um "alto custo". Em sua visão, o capitalismo asiático, centrado no Estado, e o capitalismo social-democrata europeu *devem* mudar, ou gerarão uma redução no padrão de vida (FRIEDMAN, 2000, p. 379-382).

<sup>10</sup> A "democratização da tecnologia" (por ex., miniaturização, digitalização, telecomunicações, computadorização e tecnologia de compressão) criou novos meios de comunicação, informação e outros instrumentos de geração de riqueza para uma proporção maior de indivíduos globalmente dispersos do que jamais foi possível. A "democratização das finanças", do monopólio de instrumentos lucrativos por parte das companhias de seguro, bancos de investimento e bancos comerciais, tomou amplamente disponível o acesso a crédito e a meios de investimento (por ex., investidores *cut-rate*, comércio online, planos de aposentadoria privados [*401k pension plans*]). A "democratização da informação" (por ex., TV a cabo, aparelhos de DVD, telefones celulares, e-mail e, especialmente, a internet e seus *hyperlinks*) aumentou dramaticamente a disponibilidade da informação e reduziu drasticamente seus custos de criação, coleta, armazenamento e transmissão. Friedman afirma que as mudanças técnicas, financeiras e informacionais produziram uma quarta onda de democratização; poder, informação e tomada de decisões foram descentralizados em modelos

particular seus elementos reestruturados, neoliberais, desmantelou a estrutura vertical do sistema da Guerra Fria e criou novas formas de iniciativa individual, horizontais e abertas para o mundo. Os consumidores-investidores, como sugerido acima, são atores centrais em uma democracia eletrônica participativa que se baseia no investimento individual e nas decisões dos consumidores. O processo retira o poder do governo, retornando-o aos indivíduos. No entanto, Friedman sugeriu que as desigualdades econômicas mundiais do mundo neoliberal emergente são inerentes ao sistema de globalização. Apesar de defender uma rede de seguridade social minimalista, Friedman rejeitou enfaticamente as políticas do *New Deal*. Ele estava bem consciente de que muitos americanos, e a maioria das pessoas em outras partes do mundo, especialmente em locais mais pobres, não participam diretamente deste sistema (ou seja, as massas não-plugadas de não-investidores).<sup>11</sup> Apesar disso, ele acreditava que as decisões dos partícipes do sistema de globalização beneficiariam a praticamente todos no longo prazo, ou pelo menos gerariam oportunidades de participação, afluência e *empoderamento* tão amplas quanto possível. Ele reconheceu que a globalização aumenta as desigualdades econômicas, mas percebia o problema como o preço inevitável a ser pago para que se possa retribuir de forma justa a pessoas dignas de mérito, de um lado, e não encorajar os preguiçosos e incompetentes, de outro." Mesmo com esses resultados em uma "sociedade na qual o ganhador leva tudo", como ele afirma, os não-participantes ainda estão em melhor situação do que antes, exceto por alguns bolsões de pessoas especialmente em desvantagem.

---

horizontais, participativos e plugados de redes de cooperação (FRIEDMAN, 2000, p. 4-72. 86). Ele vê o mercado como um meio-de-campo neutro que em última instância aumenta grandemente a diversidade, os laços transnacionais e a comunicação, tomando a globalização muito mais inclusiva e facilitando os esforços no sentido de definir e assegurar valores comuns.

<sup>11</sup> Friedman admite que os países pobres, nas margens ou fora do sistema de globalização, sofrem desigualdades e miséria extrema, mas afirma que apenas o regime neoliberal oferece esperança de melhora (2000, p. 355-357).

<sup>12</sup> A revisão que Friedman efetua da teoria funcionalista da estratificação afirma que o sistema de globalização provê recompensas excepcionais para pessoas excepcionalmente capazes, mas que os benefícios de seu trabalho acabam se estendendo para pessoas com capacidades médias (2000, p. 306-324). Ele fala acerca do enorme abismo de renda entre o super-rico Micheal Jordan e um substituto de habilidades medianas que recebe o salário mínimo da NBA. Friedman diz que o salário de oito milhões de dólares de Jordan reflete as recompensas

De forma semelhante a outros defensores da globalização, Friedman enfatizou mercadorias internacionais e mudanças técnicas e de regulação que superaram as “barreiras” sociopolíticas e espaço-temporais do “velho capitalismo”. De modo similar ao comunismo, ao socialismo e ao fascismo, ele argumentou, as políticas de regulação e redistribuição das democracias keynesianas da Guerra Fria alimentavam a corrupção, bloqueavam o dinamismo e distorciam o crescimento. Friedman associou a queda do muro de Berlim com o desmantelamento do Estado de bem-estar e do Estado regulador. Ele afirmou que essas mudanças abriram o caminho para uma nova economia que se aproximava do ideal neoclássico de mercado perfeito; mercadorias baseadas no conhecimento, comércio praticamente sem fricção e custos de transação drasticamente reduzidos resultam em um “capitalismo rápido”, qualitativamente transformado. Ao falar da política neoliberal como uma “camisa de força dourada” que reduz a política a escolhas entre “pepsi ou coca-cola”, Friedman (2000, p. 308) toma-se benéfico e imprescindível. Em sua visão, decisões importantes acerca da política econômica são crescentemente tomadas por acionistas, gerando um conseqüente fluxo de capitais. Ele retratou a privatização, desregulamentação e securitização do neoliberalismo como elementos que criam uma democracia mundial direta de capitalistas financeiros, profissionais e investidores que votam diariamente por meio de seus movimentos financeiros.<sup>13</sup> Enquanto Fukuyama sugeriu que o regime neoliberal precisaria do suporte do patriotismo e da religião, chegando

---

excepcionais que o capitalismo global confere aos indivíduos mais talentosos. No entanto, argumenta, Jordan aumentou enormemente a audiência mundial da NBA, beneficiando todos os jogadores da liga e aumentando a remuneração do jogador mediano para substancial salário mínimo de US\$ 270 mil por ano, eliminando assim qualquer tensão ou ressentimento em função do fosso salarial. Apesar disso, note-se que mesmo o mais mediocre jogador da NBA deve mostrar suas habilidades superiores a fim de que possa jogar neste nível. Assim, a posição de Friedman, neste caso, é consistente com sua concepção de uma sociedade na qual “o ganhador leva tudo”.

<sup>13</sup> Friedman argumenta que a “horda eletrônica” de investidores, ao empregar novas tecnologias, instrumentos financeiros e fontes de informação, exerce controle sobre a direção do desenvolvimento social e político por meio de suas decisões nos mercados financeiros. Eles são os principais guardiões de uma ampla democracia de livre mercado, na qual todos os consumidores votam por meio de suas compras. A flutuação das moedas após o Tratado de Bretton Woods possibilitou que os investidores tivessem “votos” praticamente diários relativos à administração da sociedade. Além disso, um aumento ou uma queda brusca nos

mesmo a enfatizar a necessidade de que a confiança e as comunidades reforçassem sua legitimidade, Friedman não tinha dúvidas de que a acumulação do capital e o consumo (isto é, bem-estar, democracia, liberdade) seriam suficientes para sustentar o sistema de globalização. Sua teoria da modernização revisada reaviva o "econornicismo" darwinista social. A versão de Friedman tem uma 'cara alegre', estando ausente nela o moralismo e a mentalidade disciplinadora da versão anterior. Presumivelmente, sua visão dá voz aos sentimentos americanos do final do século XX sobre a inevitabilidade das desigualdades, a natureza intratável da pobreza e as virtudes do consumismo. Vale a pena lembrar a reforma da previdência do governo Clinton, que supostamente *empoderaria* e libertaria os indivíduos ao exortá-los a acreditar no mercado. A visão de Friedman sobre bem-estar, liberdade e democracia defende esta abordagem neoliberal. As desigualdades, que são mais duras e mais extremas nas partes pobres do mundo, tomaram-se muito contraditórias quando as reformas neoliberais não conseguiram prover muitos benefícios para a maioria e parecem ter tomado as coisas piores para as pessoas mais pobres. Além disso, Friedman sugeriu mais tarde que a nova "plataforma

---

mercados financeiros e nos valores monetários geralmente disciplina os líderes políticos; caso não o faça, as conseqüências negativas geralmente levam os cidadãos a se livrarem deles. Friedman percebe a globalização como tendo formado uma ampla massa de investidores plugados e bem informados que respondem imediatamente a sinais importantes. Ele reconhece que esta democracia eletrônica por vezes erra, que inclui investidores institucionais e de grandes corporações, mas, ainda assim, argumenta que os mercados da globalização são inclusivos e que seus investidores distintos reagem aos mesmos sinais, compartilham informações semelhantes e, em média, tomam decisões prudentes que representam os melhores interesses de todos. Friedman (2000, p. 126-127) afirma que tanto o trabalhador assalariado comum quanto o grande milionário assistem ao canal de notícias do mundo das finanças e dos negócios, a CNBC, todos os dias a fim de conseguir informações para os seus *portfolios*, e que os "estouros" das hordas eletrônicas geralmente têm início por causa de pequenos investidores locais. Ele sustenta que as transações se tomaram tão transparentes que os segredos se tomam difíceis de ser mantidos; assim, ações baseadas em informações privilegiadas quase que imediatamente se convertem em sinais para outros investidores. Friedman percebe as transações eletrônicas como transformando "o mundo inteiro em um sistema parlamentarista" - o poder está disperso entre milhões de negociantes e "a verdade mais básica acerca da globalização é [00.] ninguém está no poder" (2000, p. 72, 112, 137, 168). Em sua visão, as nações em busca de abundância, liberdade e progresso devem se tornar mais liberais, devem privatizar e securitizar, dando voz aos investidores em todas as principais decisões políticas.

do mundo plano" da globalização, que estendia as oportunidades para que as pessoas capacitadas de outras partes do mundo pudessem se plugar e se tomar partícipes do processo, também se tomou contraditória para os americanos à medida que a Índia e a China ascenderam e passaram a ser percebidas como ameaças à liderança global dos EUA (FRIEDMAN, 2005).

Em sua "teoria dos arcos dourados de prevenção de conflitos", Friedman argumentou que as nações no sistema de globalização têm coisas demais em jogo para ir à guerra umas contra as outras. Ressuscitando os argumentos centrais de Herbert Spencer, ele afirmou que a interdependência econômica global diminui até a necessidade das forças armadas por parte dos Estados. Claro, Friedman fez o adendo de que isto se tomará mais evidente no momento em que a globalização for universal e que as tendências antimodernas forem expurgadas. No geral, ele sugeriu uma abordagem de mercado fundamentalista, excluindo os elementos neoconservadores estadistas e comunitaristas que rondavam o pensamento de Fukuyama. Friedman argumentou que a redução drástica do papel do Estado e da política é vital para este progresso", mas endossou fortemente a defesa que o presidente Clinton fazia dos organismos de regulação internacionais." Ao sustentar que a "americanização-globalização" requer o "internacionalismo americano" nas questões políticas e militares, Friedman retratou os EUA como o "hegemon benigno" do sistema de globalização; sua liderança na Otan protege o sistema de globalização contra os antimodernos de fora" e sua dominância nos organismos de regulação econômica internacionais promove reformas neoliberais e provê coordenação e apoio para a complexa interdependência

---

<sup>14</sup> Embora empregando o termo "oliveira" no título de seu livro, a fim de significar as tensões antimodernas, Friedman defende uma abordagem totalmente modernista e capitalista da legitimação e não sugere, como fez Fukuyama, que a tradição deveria ser empregada para estimular a globalização neoliberal. No entanto, como muitos outros defensores da globalização, ele afirma que o processo não destrói tradições importantes.

<sup>15</sup> Ele também reconhece que o Estado deve prover uma rede mínima de seguridade social.

<sup>16</sup> Friedman faz um alerta em relação às respostas antimodernas e até se refere prescientemente à ameaça colocada por Osama bin Laden. No entanto, ele fala mais entusiasticamente e de forma menos hesitante sobre a globalização do que Fukuyama e trata as ameaças antimodernas e as tendências anticapitalistas como sendo menos fundamentais do que para este (que sugeriu que a oposição ao economicismo capitalista prosaico é, em última instância, inerente a um aspecto da natureza humana, e não algo enraizado no nível de desenvolvimento econômico).

da globalização. Contra os receios dos republicanos de direita de que se estaria sacrificando a soberania dos EUA em favor de instituições internacionais, Friedman (2000, p. 466) argumentou que “a razão mesma pela qual precisamos apoiar as Nações Unidas e o FMI, a Otan, o Banco Mundial e vários bancos de desenvolvimento é que eles alavancam e aumentam nosso poder e nossa ajuda”. Em seguida, ele complementou que a participação dos EUA em instituições multilaterais, que requerem compromissos modestos com aliados ou, pelo menos, uma atenção respeitosa a suas visões, promove os interesses dos EUA ao criar “um sentido” de que eles “têm uma voz no processo de decisão”. Vale lembrar, no entanto, que a “camisa-de-força dourada” de Friedman reduz a nada as opções políticas que contradizem ou que não enfatizam o fundamentalismo de mercado (2000, p. 101-109, 380). Assim, ele apoiou o tipo de “multilateralismo” clintoniano que fortalece a dominância americana por meio da re-regulação do sistema de globalização de acordo com políticas neoliberais. De fato, Stiglitz argumentou que o governo de Clinton tentou impor em outras partes do mundo um “fundamentalismo de mercado” muito mais estrito do que em sua própria casa (por ex., as políticas contratuais de ajustes antidébito estruturais impostas à América do Sul e partes da Ásia, durante a crise asiática). Esta inconsistência foi uma fator chave para o fracasso do Consenso de Washington.

#### **4.1 A crise de legitimação do Consenso de Washington**

As contradições emergentes, brevemente mencionadas acima, foram intensificadas e se tomaram muito mais públicas e visíveis devido a grandes mudanças no clima econômico e político na virada do milênio. Em 14 de janeiro de 2000, o índice da *Dow Jones Industrial* alcançou um pico de 11.497,10. No entanto, em meados de 2002, retomou ao seu nível de 1998, de 8.000 e, em 9 de outubro de 2002, teve seu fechamento em 7.286,27 (com a mínima do dia em 7.197,49), o mais baixo desde outubro de 1997. A Nasdaq alcançou seu ponto mais alto, de 5.132,52, em 10 de março de 2000. Mas caiu para metade deste valor em um ano e, à medida que as conseqüências do 11 de setembro se fizeram sentir, alcançou uma mínima de 1.108,49, no dia 10 de outubro de 2002. O declínio da Nasdaq foi especialmente significativo por causa do crescimento maciço dos investimentos no setor de informações e telecomunicações e porque este setor estimulava o grande otimismo acerca

do papel "revolucionário" das novas tecnologias em uma expansão supostamente sem fim da internet, dos mercados e dos investimentos. O estouro da bolha financeira e os indicadores do II de setembro não apenas diminuíram o que, em retrospectiva, eram esperanças injustificadas, mas o sentido de deflação e o crescimento desacelerado geraram uma sensibilidade crescente em relação à distribuição polarizada de renda e de riqueza existente. Enquanto os lucros corporativos dispararam, as condições económicas de grandes segmentos da população mundial deterioraram-se dramaticamente, tanto em países em desenvolvimento como nos países desenvolvidos.<sup>17</sup> Durante os "ruidosos anos 90", o fosso económico entre ricos e pobres aumentou no seio de muitos países do mundo. <sup>18</sup> Nos EUA, a desigualdade cresceu durante a maior parte dos anos da década de 1990, e quase todas as recompensas em termos de ganhos de produtividade decorrentes de novas

---

<sup>17</sup> Houve tentativas notáveis de se demonstrar que a desigualdade económica no mundo. de fato, diminuiu nas duas últimas décadas do século XX. Supostamente, uma dessas tentativas mais citadas é o artigo publicado por Glenn Firebaugh e Brian Goesling em um número de 2004 do *American Journal of Sociology* (FIREBAUGH; GOESLING, 2004). Seu argumento assume a seguinte forma: a distribuição de renda global é agora mais igualitária do que no início dos anos 1980, e esta redução na desigualdade resulta principalmente da globalização. Sua proposta, portanto, é a de que, a fim de se reduzir a desigualdade, a globalização deve ser promovida. Embora sedutora, esta posição e as análises que a sustentam foram duramente criticadas. Uma primeira crítica diz respeito aos instrumentos empregados na pesquisa. Em particular, Wade (2004) argumenta que Firebaugh e Goesling utilizam uma medida de renda relativa que parte do pressuposto de que o preço dos serviços nos países em desenvolvimento é igual aos dos países desenvolvidos. Uma segunda objeção diz respeito ao pressuposto de que a desigualdade permanece constante na China e na Índia. Nesses países, a desigualdade de renda e de riqueza vinha aumentando durante o período considerado (veja Arrighi, Silver e Brewer, 2003; Davies, 2005). Além disso, ao utilizar a renda média dos países, Firebaugh e Goesling eliminaram qualquer possibilidade de se conhecer a distribuição do bem-estar material *per capita* ou por domicílio. Uma terceira objeção refere-se aos problemas associados à defesa da ideia de que um incremento da industrialização nos países do Sul gera aceleração no crescimento. Embora intuitivamente tudo leve a crer que novas ondas de globalização conduzirão a uma diminuição dos lucros, não é claro se o tipo de experiência de industrialização via globalização nos países do Sul - isto é, via a busca global por fatores de produção e por mão-de-obra mais baratos - leva a um crescimento sustentável.

<sup>18</sup> De acordo com dados do Banco Mundial (MILANOVIC, 2002), em 1993, os 1% mais ricos do planeta controlavam tanta riqueza quanto os 57% mais pobres, e os 5% mais ricos tinham uma renda média 114 vezes maior do que os 5% mais pobres. De 1988 a 1993, este último grupo tomou-se ainda mais pobre ao perder 25% de sua renda. Ao mesmo tempo, os



tecnologias e da reorganização produtiva foram para as parcelas mais altas da população, em especial para os muito ricos."

Essas desigualdades começaram a minar as afirmações exaltadas de que a globalização promovia o bem-estar econômico, a liberdade e a democracia. Embora já presente, o **estouro** da bolha do mercado financeiro, a desaceleração do crescimento econômico e o acúmulo de indícios sobre escândalos corporativos generalizados aprofundaram o que antes era uma crise de legitimidade incipiente. No entanto, o **11** de setembro e os problemas que se seguiram a ele tomaram as coisas muito piores, expondo a natureza frágil e incerta do sistema de globalização. As condições neutralizaram as afirmações legitimadoras de que a desregulamentação e as novas tecnologias geram mercados **perfeitos**, estabilidade **social** e crescimento contínuo. A visão economicista e limitada acerca da regulação política, advogada por Friedman

---

20% mais ricos testemunharam um aumento de sua renda da ordem de 12%. Em 1990, os países que se encontravam entre os 10% mais **ricos** tinham uma renda média 77 vezes maior do que os 10% mais pobres. Em 1999, este abismo tinha aumentado 122 vezes. De 1990 a 2001, a renda *médiaper capita* das regiões em desenvolvimento diminuiu consideravelmente em relação à média americana (SUTCLIFFE, 2004). A renda média na América Latina equivalia a 36% da americana em 1990, mas a apenas 26% em 2001. De forma semelhante, a renda média dos países africanos correspondia a 10% da dos EUA em 1990, mas somente a 6% em 2001. Em todo o Sul político, a renda média *per capita* como proporção da americana caiu de 16% em 1990 para 14% em 2001.

<sup>19</sup> A desigualdade de renda e de riqueza cresceu também nos Estados Unidos. De acordo com dados do censo (MISHEL; BERNSTEIN; BOUSHEY, 2003), em 2000, a desigualdade econômica nos EUA estava em seu nível máximo desde a década de 1920, e os 5% superiores de todos os domicílios tinham uma renda combinada cerca de seis vezes maior do que a dos domicílios 20% inferiores. Esta distância é quatro vezes maior do que era em 1970. Além disso, entre 1989 e 2000, o abismo entre ricos e pobres aumentou. Durante este período, a renda dos domicílios mais ricos aumentou incríveis 68%. A renda dos domicílios 20% mais pobres e do terceiro quintil experimentaram aumentos bem mais modestos: 9 e 15%, respectivamente. Além disso, de 1989 a 2002, a renda líquida obtida pelo quintil superior da população americana aumentou de 42 para 51%. Ao mesmo tempo, a renda líquida dos 20% mais baixos permaneceu constante. A desigualdade é muito mais dramática se mensurada em termos da riqueza total. Em 2001, o 1% superior da população dos Estados Unidos controlava 33% da riqueza, enquanto os 90% mais pobres ficavam com apenas 28% da riqueza. Uma das consequências mais impressionantes da globalização foi que o abismo entre ricos e pobres aumentou, ao passo que a economia experimentou um período extenso de crescimento contínuo. O dito fordista de que "todos ficarão em uma situação melhor" parece não funcionar na era do Consenso de Washington (BIRSALE, 2005).

e por outros defensores da globalização semelhantes a ele, não pôde resistir às crises do novo milênio; o Consenso de Washington não parecia estar produzindo as melhoras prometidas de bem-estar econômico, nem os avanços na democracia e na liberdade." Mesmo antes dos eventos cataclísmicos, um movimento antiglobalização crescente manifestou a erosão da legitimidade do neoliberalismo. Em comentários superficiais, Friedman depreciou fortemente os defensores dos protestos contra a *AMC* ocorridos em Seattle, em 1999, argumentando que eles não reconheciam a necessidade e o valor da globalização neoliberal e advertindo-os sobre respostas políticas que podiam colocar o processo em risco (FRIEDMAN, 2000, p. 327-347). Apesar de haver retratado aqueles eventos como reações irracionais, ele reconheceu as ameaças à legitimidade do Consenso de Washington. No entanto, esses sentimentos críticos aumentaram nos primeiros anos do novo século. Neste período, o descontentamento com os duros impactos da globalização neoliberal estimulou uma resistência crescente. Especialmente na América Latina, onde aquelas políticas haviam sido amplamente implementadas no final do século XX, partidos de centro-esquerda tiveram ganhos políticos ao adotar uma postura crítica em relação ao neoliberalismo e à hegemonia dos EUA.

## 5 O terceiro período da globalização: a era do império

*A* clima sociopolítico foi radicalmente alterado após o 11 de setembro, intensificando as inclinações neoconservadoras do governo Bush. *A* chefe do time de transição, o vice-presidente Dick Cheney, nomeou diversos neoconservadores para cargos ligados à segurança nacional, especialmente no Ministério da Defesa." Desde o início existiram tensões entre o Ministério da Defesa e o Departamento de Estado, chefiado por Colin Powell, cuja voz moderada foi finalmente silenciada pelos eventos que se seguiram ao 11 de setembro. Ele adotou as estratégias da Guerra Fria de multilateralismo e de

---

zo Não estamos sugerindo que as elites da globalização abandonaram imediatamente os princípios desse Consenso.

<sup>21</sup> Por exemplo, Paul Wolfowitz, Richard Perle, Douglas Feith, Elliot Abrams, Max Boot, Jeane Kirkpatrick, William Kristol, Frank Gaffney, Robert Kagan, Norman Podhoretz, Michael A. Ledeen e William Bennett serviram ou foram conselheiros no segundo governo de Bush. Veja Kagan e Kristol (2000) para uma visão dos cargos ocupados por neoconservadores no início de seu governo.

contenção. Após o 11 de setembro, o secretário de defesa Rumsfeld liderou o time de segurança nacional. Mesmo Powell foi forçado a se juntar a eles, defendendo, perante o Congresso e as Nações Unidas, uma "mudança de regime" em relação ao Iraque." John Lewis Gaddis (2004, p. 90) refere-se à nova estratégia como "a força militar de Fukuyama". Membros centrais do time de neoconservadores da política externa do governo Bush haviam servido no governo Reagan e alguns deles participaram no caso Irã-Contras. Muitos conselheiros (alguns sem cargos oficiais) eram filiados ao plano direitista de política externa 'neo-reaganita', o 'Projeto para o novo Século Americano', enfatizando a necessidade de aumentar os gastos militares, expandir e modernizar as Forças Armadas, utilizá-las de forma mais intrépida, estabelecer "clareza moral" na política externa e buscar "apoio para a liderança americana". Suas propostas apresentavam alguma continuidade em relação ao uso, por parte do presidente Clinton e de Madeleine Albright, de poderio militar para propósitos 'humanitários' e do lançamento de mísseis contra suspeitos de terrorismo. No entanto, os neoconservadores reclamavam por uma utilização muito mais proativa do poderio militar dos EUA. Eles apoiavam a globalização neoliberal, mas atacavam os defensores do economicismo libertário da globalização, especialmente a visão neo-spenceriana de que a interdependência econômica reduz a necessidade de poderes políticos e militares. Em resumo, eles não compartilhavam da "teoria dos arcos dourados de prevenção de conflitos" de Friedman e acreditavam que esta mentalidade dominava setores importantes do governo Clinton, levando-o a subestimar as ameaças colocadas pela China." Os eventos relacionados ao 11 de setembro

---

<sup>22</sup> O secretário de Estado Powell acabou por emprestar ao governo Bush beligerante do pós 11 de setembro uma face moderada a fim de fornecer as justificativas para sua agressiva Guerra ao Terror e sua intervenção no Iraque. Mais tarde, Powell saiu do governo Bush devido a discordâncias em relação a isto.

<sup>23</sup> Veja o Project for the New American Century (Projeto para o Novo Século Americano), de 1997, para conhecer seus objetivos. Este grupo pegou emprestada a idéia de um "Século Americano" de Henry Luce, que, durante a Segunda Guerra Mundial, defendia que os EUA deveriam compartilhar seus ideais e suas instituições com o resto do mundo a fim de evitar uma repetição dos tipos de condições que levaram à difusão de regimes totalitários após a Primeira Guerra Mundial e para prevenir outra guerra mundial. Veja Luce (1941); Brinkley (1998, p. 107-108); Kristol e Kagan (2000, p. 10-11).

<sup>24</sup> Os neoconservadores já haviam criticado G.H. W. Bush e o general Colin Powell por não haverem eliminado Saddam Hussein ou efetuado uma "mudança de regime" na primeira

mudaram o foco para o Oriente Médio e para o terrorismo. A mudança estava em sintonia com a direita neoconservadora e com uma demanda mais ampla de um "retomo do político".

Após o 11 de setembro, as questões geopolíticas e de segurança assumiram o lugar central no discurso público, em detrimento da globalização. Entretanto, o governo Bush deu seqüência, de forma mais obsessiva do que o governo Clinton, a elementos centrais da agenda neoliberal. Na era da doutrina Bush, o regime neoliberal não retrocedeu, mas foi enquadrado por uma perspectiva neodarwinista mais austera e por políticas internas que favoreciam os ricos. Os lucros corporativos se recuperaram, os salários e benefícios dos altos executivos ainda estão aumentando e o império dos acionistas permanece intacto. Sob o regime Bush, a riqueza em forma de propriedades foi mais favorecida do que nunca e, dadas a elevação nos custos dos serviços de saúde, a privatização da educação superior e a erosão continuada ou eliminação dos sistemas de pensão (com anuidades fixas), a propriedade em termos de ações e os planos privados de aposentadoria tomaram-se mais importantes do que nunca. O alto escalão da política externa do governo Bush percebeu o poder militar e o poder político como intrinsecamente relacionados e apoiaram a globalização liderada pelos EUA. O *National Security White Paper*, documento oficial que articula a doutrina Bush e propõe ataques preventivos, enfatiza ainda a importância de se desenvolverem livres mercados ao redor do mundo (U.S. DEPARTMENT OF STATE, 2003, p. 17-20). O documento estipula que "o livre comércio" colocava-se como um preceito "moral" mesmo antes de ser concebido como uma idéia econômica, e que constitui "liberdade verdadeira". O *White Paper* também estabelece que o livre comércio e as

---

guerra contra o Iraque. Eles também fizeram a acusação de que Clinton subfinanciou e enfraqueceu os militares e falhou em lidar de maneira firme com inimigos dos EUA, como o Iraque e a China (KAGAN, 2001a). Eles afirmaram que Bush pai e Clinton enfatizaram excessivamente as trocas e o comércio, em detrimento da conscientização dos ideais e da grandeza dos EUA. Eles apoiaram a globalização liderada pelos Estados Unidos, mas afirmaram que seus defensores, ao sustentarem que o processo abre o caminho para a democratização (isto é, sua "tese da inevitabilidade"), enfraqueceram o desejo de se derrubar ditaduras (KAGAN, 2001b). Em contraste com isto, os neoconservadores acreditavam que era papel dos EUA derrubar tais regimes. Eles não defendiam o uso direto de forças militares em todos os casos, sugerindo que os métodos (por ex., ações secretas, apoio declarado ou não-declarado a dissidentes, uso de poder econômico, isolamento diplomático) dependem das circunstâncias (cf. KRISTUL; KAGAN, 2000, p. 17-22).

políticas de livre mercado são as únicas formas de se melhorarem as condições de vida e de se reduzir a pobreza, e que as políticas de ajuda ao desenvolvimento por parte dos EUA deveriam ser estendidas apenas às nações que se conformam estritamente à doutrina neoliberal. Embora tenha formalmente endossado as instituições de governança e de cooperação internacionais, o governo Bush fornece justificativa para ações unilaterais. A invasão do Iraque e a execução da guerra ao terror têm sido duramente criticados, tanto nos EUA quanto em círculos internacionais. No entanto, o unilateralismo do governo Bush caracterizou sua formulação de políticas em muitas outras áreas. Por exemplo, ele rejeitou o Protocolo de Kyoto sobre o aquecimento global, declarando que seu custo para a economia americana seria muito alto e, portanto, não estava em conformidade com os interesses dos Estados Unidos. O governo também impôs uma tarifa sobre o aço importado a fim de proteger os produtores americanos, até o fato ser declarado como uma violação dos acordos de comércio internacionais." O governo Bush abandonou a ênfase do governo Clinton na cooperação internacional e sua preocupação com os impactos sociais e ambientais da globalização. Bush baseou o Estado mais firme e transparentemente em interesses financeiros e corporativos americanos. Lutou também pelo estabelecimento de uma agenda neoliberal interna linha-dura. Em contraste com a política de impostos progressivos de Clinton, ele estabeleceu enormes cortes nos impostos que favoreciam os americanos mais ricos. Em quase todos os aspectos da política interna, Bush tem se mostrado incansável na luta para reduzir o papel do Estado em regulamentações sociais, trabalhistas e ambientais e tem consistentemente empregado o poder do Estado no sentido de favorecer os interesses de *Wall Street* e dos grandes negócios."

---

<sup>25</sup> Por exemplo, os EUA, unilateralmente, declararam guerra ao Iraque, ao Irã, aos estados vermelhos da Coreia do Norte, mantiveram presos e privados de seus direitos combatentes estrangeiros em sua base cubana em Guantánamo, quebraram o Tratado de não-Proliferação Nuclear, abandonaram a conferência contra o racismo em Durban, África do Sul, e se recusaram a permitir que cidadãos americanos fossem julgados na Corte Criminal Internacional (JOHNSON, 2004, p. 67-95).

<sup>26</sup> As novas políticas tributárias não apenas inflacionaram o déficit federal, mas reduziram recursos para os programas sociais e para a educação. Bush queria tomar permanentes os grandes cortes nos impostos, o que ameaçaria a previdência social e o sistema de saúde. Suas ações e sua retórica cristalizaram os sentimentos antiimpostos. Sofrendo com a recessão

No entanto, como colocado acima, a geopolítica, a segurança nacional e a guerra ao terror da "doutrina Bush" lutaram em *múltiplos fronts*, tornando-se o principal foco do governo Bush e do debate público. Focaremos aqui cinco linhas principais desse regime, que tem um tom imperial e que vem sendo representado como tal em uma vibrante literatura recente.

Primeiro, o governo Bush rejeita a visão clintoniana baseada na idéia de Friedman segundo a qual os Estados Unidos são um "hegemon benigno e um coerco vo relutante", reativo e defensivo, requerendo consulta para atacar. O governo Bush empregará a força de forma muito mais proativa e agressiva a fim de destruir a ameaça terrorista, limitar a difusão de armas de destruição em massa e gerar "choque e admiração" entre seus inimigos. De acordo com este construto, proposições anteriores acerca da capacidade da ordem global de prosperar com uma intervenção mínima dos Estados líderes (isto é, os Estados Unidos) foram substituídas por uma postura que demanda não apenas ações políticas e militares diretas, mas também a divisão do mundo em dois campos opostos e incompatíveis: os EUA e a democracia *versus* o terrorismo.

Segundo, os EUA devem agir de acordo com sua posição hegemônica num mundo 'unipolar', empregando seu impressionante poder de forma unilateral e militarista a fim de assegurar seus interesses e sua dominância permanente. Tal postura requer dos Estados Unidos que eles rejeitem propostas de maior consenso e negociação, caso elas sacrifiquem o interesse nacional. A principal liderança intelectual neoconservadora do governo Bush, Robert

---

e com a redução das verbas advindas do governo federal, os governadores e as assembleias legislativas estaduais se recusaram a aumentar os impostos sobre a renda ou sobre a propriedade e os déficits em aberto, a aprovar leis que estabeleciam tarifas regressivas sobre vendas ou produtos, assim como a cortar programas de educação para os pobres e necessitados. As altas mensalidades para a educação superior aumentaram a carga financeira de famílias de renda média e baixa. A legislação do governo Bush relativa à distribuição de medicamentos levou ao fim do poder de barganha do governo (como o maior comprador individual), gerando grandes lucros para a indústria farmacêutica. O governo tomou outras medidas a fim de promover os grandes negócios e enfraquecer os trabalhadores. por ex., eliminando horas extras para muitos trabalhadores; propondo um regime de quarenta horas semanais para aqueles que se beneficiavam de programas de bem-estar social e cortando programas educacionais para eles; buscando a exploração de petróleo no Refúgio Ártico Nacional de Vida Selvagem e de mineração nas florestas nacionais; reduzindo os padrões de segurança que protegem os mineradores de carvão. Para mais informações acerca de suas políticas neoliberais, veja Mishel, Bernstein e Boushey (2003).

Kagan, argumentou que a geopolítica europeia manifesta uma "psicologia da fraqueza", oriunda de sua fraqueza militar concreta, levando-a defender um "poder leve" (isto é, cultura) e a economia em detrimento do "poder duro" do militarismo. Ele depreciou os programas de bem-estar social, as férias longas, as jornadas de trabalho reduzidas e os gastos militares modestos dos europeus. Faltando-lhes poder duro suficiente, ele afirmou, os europeus incitam os EUA a favorecer as negociações multinacionais e a usar as forças militares apenas em último caso e com o apoio de aliados. Ele declarou que o "Ocidente" unificado pela Guerra Fria havia se partido e que os EUA deveriam agora usar seu poder.<sup>27</sup>

Terceiro, no plano doméstico, o Estado deve intervir fortemente a fim de criar um ambiente "seguro" para todos os americanos. O "Ato Patriótico" foi desenvolvido e implementado para estabelecer um sistema no qual a segurança da nação é totalmente transferida para as mãos das agências de segurança do Estado. Elas agora têm ampla liberdade para investigar com um mínimo de preocupação em relação a liberdades básicas. Esta situação, na qual as "liberdades" são reduzidas, é percebida como, "de fato", gerando liberdade na medida em que ataca o cerne dos inimigos do Estado. O Estado também intervém maciçamente na economia e na sociedade. Porém, ao se distanciar grandemente das estratégias de intervenção fordistas e daquelas da era Clinton, estabelece o corte de tarifas e uma maior liberalização e privatização de setores chave, como saúde, educação e serviços de bem-estar social.

Quarto, a globalização neoliberal sob a "doutrina Bush" é legitimada pelo fato de que os objetivos americanos representam valores ocidentais universais. O governo Bush acredita que o "mundo civilizado" acabará por seguir a liderança dos EUA, mesmo quando eles tomarem decisões unilateralmente e agirem isoladamente. Ao convocar uma segunda guerra contra o Iraque, o presidente Bush declarou: "A liberdade que nós valorizamos não é o presente da América ao mundo, é o presente de Deus para a humanidade." (BUSH, 2003. p. 9). O presidente Bush fez referência ao discurso 'Cidade Brilhante sobre uma Colina', proferido pelo reverendo

---

<sup>27</sup> Ele afirmou que os europeus pressupõem a existência de um mundo pós-moderno de sonhos de paz perpétua, mas dependem dos militares americanos pra defendê-los do mundo real hobbesiano (KAGAN, 2003. p. 37, 54. 73-75).

cultura. Inspirado pelo presidente Reagan, G. W. Bush subscreveu uma versão forte desta visão americana excepcionalista, que universaliza as políticas americanas, freqüentemente expressando-a em tons religiosos." Ao expressar a posição do governo Bush, Kagan declarou que "a ambição de desempenhar um grande papel no palco do mundo" por parte dos Estados Unidos é uma faceta de justiça central ao caráter nacional americano e revela a crença da nação de que seus valores fundamentais são "inquestionavelmente superiores" a todos aqueles manifestados por todas as outras nações "ao longo da história humana". Ele argumentou que os EUA são obrigados a defender a "ordem internacional liberal" porque eles corporificam aqueles valores e, portanto, geram benefícios para todas as outras nações participantes. Os EUA devem agir unilateralmente porque as outras nações ocidentais não têm a vontade e o poder de assegurar tais valores (KAGAN, 2003, p. 86-88, 91, 94). Outros presidentes americanos recentes se referiram à metáfora de Winthrop e declararam a necessidade de que o mundo tem da liderança dos EUA, mas o governo Bush expressou este universalismo excepcionalista de forma muito mais radical e, freqüentemente, agiu com base nele de maneira muito mais unilateral, consistente e vigorosa.

Quinto, a doutrina Bush relaciona as proposições universalistas acerca da liderança geopolítica dos EUA com sua liderança econômica. O *National Security White Paper*, ao articular a doutrina, sustenta que a liderança dos EUA reflete valores que "são justos e verdadeiros para todas as pessoas, em todos os lugares" e que a versão americana da economia de livre mercado representa a essência da liberdade humana e o único modelo aplicável (U.S. DEPARTMENT OF DEFENSE, 2002, p. 3, 17-18). Assim, a doutrina Bush tem continuidades com questões chave da política econômica neoliberal do Consenso de Washington, no entanto, ela aplicou as políticas de livre mercado de forma desequilibrada nas questões internas e no comércio exterior.

As proposições do governo Bush sobre os EUA serem uma "nação líder" em termos geopolíticos e as justificações para a Guerra do Iraque e para a guerra contra o terror parecem estar reproduzindo a farsa, a tragédia e

---

<sup>28</sup> O presidente G. W. Bush pode ter sido inspirado pelo famoso discurso de 1796 do presidente John Adams, 'Cidade Brilhante Sobre uma Colina', que pegou emprestada a imagem utilizada pelo Reverendo Winthrop em seu sermão, no século XVIII. a fim de lembrar aos americanos seu comprometimento com Deus e a conseqüente superioridade duradoura de sua cultura.



a catástrofe humana que foi a Guerra do Vietnã. As proposições da doutrina Bush sobre a extensão da "democracia" ao Iraque alimentaram esperanças de uma pacificação rápida e de uma transformação política completa do Iraque, independentemente da invasão, ocupação e diferenças culturais. O mesmo universalismo forneceu as justificativas para a "remoção dos índios" no século XIX. A questão é que proposições transcendentais sobre a justiça, especialmente quando transformadas em um discurso patriótico mais simplista (ou seja, que dizem respeito à necessidade de 'vencer' e não de 'sair às pressas'), não favoreceram uma avaliação cuidadosa dos objetivos e dos custos, humanos e materiais, e, como muitos críticos argumentaram, podem ter cegado os formuladores de políticas americanas para as perspectivas dialéticas e contraproducentes geradas pelo uso da força pelos Estados Unidos (por ex., a criação de Estados falidos, a inspiração de um sentimento anti-americano e o recrutamento de terroristas). No momento da redação deste texto, mesmo o público americano se voltou contra a Guerra do Iraque e expressou enfaticamente sua opinião a este respeito nas eleições de meio de mandato. Visões sobre a Guerra do Iraque no resto do mundo foram ainda mais duras, e mesmo a guerra dos EUA contra o terror perdeu sua legitimidade, sendo vista como uma fraude em muitas partes do mundo." No entanto, após o 11 de setembro, receios acerca da segurança e a mão-de-ferro das forças políticas e militares intensificaram as incertezas e produziram uma sombra nas redes de relações supostamente dinâmicas, auto-reguladoras e perfeitas. A visão de um mundo pós-Guerra Fria sem fronteiras foi substituída pelo receio, muito mais impreciso, fluido e difícil de lidar, de uma divisão do mundo em partes 'civilizadas' e 'más'. A ameaça desterritorializada do terror

---

<sup>29</sup> Uma enquete recente, efetuada pelo Bloomberg/Los Angeles Times com 1.344 adultos e conduzida entre 13 e 16 de janeiro de 2007, mostra que o apoio do público para a política do presidente Bush em relação ao Iraque e à guerra mais ampla às redes terroristas chegou ao seu ponto mais baixo. Cerca de dois terços dos americanos desaprovam a forma como o presidente lida com o Iraque, e aqueles que afirmam que esta não é uma guerra que valha a pena ser lutada aumentou para 62%. O número dos respondentes que expressaram sentimentos negativos em relação à forma como o governo Bush lida com a guerra contra o terrorismo atingiu 58%, registrando um aumento de oito pontos percentuais em relação ao mês anterior. De forma semelhante, 51% dos americanos querem que o Congresso impeça Bush de enviar mais tropas para o Iraque, ao passo que apenas 41% dos respondentes são favoráveis a um aumento no número de soldados enviados.

fortalece as subdivisões políticas. A visão, dos anos 1990, de que a globalização promoveria uma integração global pacífica, asseguraria padrões de vida mais altos, geraria bem-estar social com base em meios ligados ao mercado e criaria uma democracia eletrônica participativa, gerida por investidores, parece mais caprichosa do que quando foi proposta. e agora dá lugar à visão distópica de um Estado de guarnição polarizado em classes.

Presumivelmente, o universalismo nas questões económicas tem sido a fonte principal da incapacidade de os EUA anteciparem a complexidade e os custos de uma mudança de regime, assim como de sua falta de visão de futuro quando prescreveram uma "terapia de choque" para os regimes anteriormente comunistas e os programas austeros de ajuste estrutural para as nações pobres. O "fundamentalismo de mercado" de tamanho único que caracteriza o neoliberalismo americano ignora as circunstâncias específicas. os custos humanos variáveis e as distintas formas culturais e institucionais. que são elementos essenciais a serem considerados nos esforços para se gerar um crescimento econômico socialmente benéfico (cf STIGLITZ, 2002. p. 23-52). Assim, a legitimidade de todo o quadro de justificação imperial entrou em colapso nos EUA e no resto do mundo. Por fim, o governo Bush recriou uma espécie de estado de guerra permanente, e de economia de guerra, que caracterizou a era Guerra Fria e que foi considerado pelos neoconservadores como necessário para se reter a liderança global. Os aspectos económicos e políticos desta abordagem ainda estão se desdobrando e suas características contraditórias continuam tema de debates. Apesar disso, os muitos bilhões gastos na Guerra do Iraque já são fonte de ressentimento para muitos segmentos da sociedade americana. Claramente, muitos americanos sentem que as perdas humanas têm sido em vão, ao passo que outros sustentam que a guerra deve continuar e ser ganha a fim de que se possa conferir significado a essas perdas. Os milhares de mortos e os muitos mais que foram mutilados ou seriamente feridos pela guerra serão vistos de forma diferente quando a guerra finalmente acabar.

## **6 Considerações finais**

A crise de legitimação da doutrina Bush é evidente em uma quantidade de aspectos que pareceriam claros se fizéssemos uso dos ensinamentos da teoria sociológica clássica. De fato, teóricos clássicos de todas as áreas da

sociologia enfatizaram a importância da interdependência no processo de se alcançar a estabilidade social, e as dificuldades que uma visão unilateral gera em relação a isto. Por exemplo, no terceiro volume de *O Capital*. Marx desenvolve o argumento de que o capitalismo cria uma interdependência que é necessária para a expansão da sociedade. Porém, continua. o capitalismo também gera as condições para a destruição da interdependência. Esta contradição, ele conclui, abre a possibilidade da emergência de novas formas por meio das quais a interdependência pode ser alcançada. Em termos distintos. Durkheim constrói um forte argumento a fim de enfatizar a importância da interdependência. Sua discussão clássica, na *Divisão Social do Trabalho*, acerca da centralidade da "solidariedade orgânica" no combate às forças centrífugas da sociedade moderna é um caso em questão. Além disso. ao discutir o problema da unilateralidade em relação à guerra, ele argumenta que "não existe um Estado tão grande que não esteja unido a um sistema mais vasto, formado pela aglomeração de outros Estados; em outras palavras. que não seja parte da grande comunidade humana e que deva respeito a este fato" (DURKHEIM, 1944 [1915]). O trabalho de muitos outros pensadores. como Weber e Polanyi, pode ser facilmente acrescentado a esta breve revisão bibliográfica. A questão é que qualquer forma de unilateralismo requer unidade social. Se uma sociedade é unificada, perspectivas unilaterais podem ser compartilhadas por aqueles que não estão envolvidos nos processos de tomada de decisão e/ou não necessariamente se beneficiam deles.

As condições sociais nas quais a doutrina Bush foi implementada apontam para um status radicalmente distinto daquele de uma sociedade unificada. Apesar das proposições de universalismo, as decisões tomadas e as ações levadas a cabo sob a doutrina Bush geraram divisões e dissensões que a deslegitimaram. Numa sociedade de tal maneira dividida. a questão da legitimação da globalização continua aberta. Tal divisão também permanece como um terreno sob contestação no qual diversas opções são possíveis. Uma dentre elas refere-se à idéia de que forças pró-globalização seriam capazes de encontrar novas formas de legitimação, como fizeram no passado. Neste caso, um novo construto ideológico poderia emergir a fim de oferecer suporte ao projeto de globalização que perpetuaria o *status quo*. Porém, ao mesmo tempo, esta situação poderia constituir um quadro de referência para que grupos antiglobalização exerçam pressão no sentido do estabelecimento de uma interdependência global democrática. Embora qualquer previsão seja difícil

de ser sustentada, resta a esperança de que a lição acerca da importância da interdependência seja levada a sério e que novas formas de se promover a estabilidade social global e a justiça social sejam estabelecidas.

## Referências

- AGLIETTA, Michel. 1979. *A theory of capitalist regulation*. London: New Left Books.
- AKARD, Patrick I. 1992. Corporate mobilization and political power: the transformation of U.S. economic policy in the 1970s. *American Sociological Review*, n. 57, p. 597-615.
- ANTONIO, Robert J.; BONANNO, Alessandro. 1996. Post-fordism in the United States: the poverty of market-centered democracy. *Current Perspectives in Social Theory*, n. 16, p. 3-32.
- ARRIGHI, Giovanni; SILVER, Beverly; BREWER, B. D. 2003. Industrial convergence, globalization and the persistence of the North-South divide. *Studies in Comparative International Development*, v. 38, n. 1, p. 3-33.
- BAUMAN, Zygmunt 1992. *Intimations of postmodernity*. New York: Routledge.
- BELL, Daniel. 1996 (1976). *The cultural contradictions of capitalism* 20th anniversary edition. New York: Basic Books.
- BIRSAL, Nancy. 2005. Rising inequality in the new global economy. *Wider Angle*, n. 2, p. 1-3.
- BRINKLEY, Alan. 1998. *Liberalism and its discontents*. Cambridge, MA; London: Harvard University Press.
- BUSH, George W. 2003. *State of the Union*. January 28. Disponível em: <<http://www.whitehouse.gov>>.
- DAVIES, Jim. 2005. Personal assets from a global perspective. *Wider Angle*, n. 2, p. 6-7.

DURKHEIM, Emile. 1944 (1915). *Germany above all: Gennan mentality and war*. Paris: Lessieur.

ECONOMIC POLICY INSTITUTE. 2003. Executive summary: the state of working America 2002-03. September 1. Disponível em: <<http://www.epinet.org>>.

FIREBAUGH, Glenn; GOESLING, Brian. 2004. Accounting for the recent decline in global income inequality. *American Journal of Sociology*, v. 110, n. 2, p. 283-312.

FRIEDLAND, William H. et al. (Eds.). 1991. *Toward a new political economy of agriculture*. Boulder, CO: Westview Press.

FRIEDMAN, Thomas L. 2000. *The Lexus and the olive tree*. New York: Anchor Books.

\_\_\_\_\_. 2005. *The world is flat: a brief history of the twenty-first century*. New York: Farrar, Straus & Giroux.

FUKUYAMA, Francis. 1989. The end of history? *National Interest*, n. 16, p.3-18.

\_\_\_\_\_. 1992. *The end of history and the last man* London: Penguin Books.

GADDIS, John Lewis. 2004. *Surprise, security, and the American experience*. Cambridge, MA; London: Harvard University Press.

GRAMSCI, Antonio. 1971. *Selections from the prison notebooks*. Edited and translated by Quintin Hoare and Geoffrey Nowell Smith. New York: International Publishers.

HABERMAS, Jürgen. 1975. *Legitimation crisis*. Translated by Thomas McCarthy. Boston: Beacon Press.

HARVEY, David. 1989. *The condition of postmodernity*. Oxford: Basil Blackwell.

HENWOOD, Doug. 2003. *After the New Economy*. New York; London: The New Press.

HUNTER, James Davison; YATES, Joshua. 2002. In the vanguard of globalization: the world of American globalizers. In: BERGER, Peter L.; HUNTINGTON, Samuel P. (Eds.). *Many globalizations: cultural diversity in the contemporary world*. Oxford; New York: Oxford University Press. p. 323-357.

JOHNSON, Chalmers. 2004. *The sorrows of Empire: militarism, secrecy, and the end of the Republic*. New York: Metropolitan Books.

KAGAN, Robert. 2001 a. The Clinton legacy abroad. *The Weekly Standard*, January 15, p. 25-28.

\_\_\_\_\_. 2001 b. We must fight this war. *The Washington Post*, September 11. Disponível em: <<http://www.newamericancentury.org>>.

\_\_\_\_\_. 2003. *Of paradise and power: America and Europe in the new world order*. New York: Random House.

KAGAN, Robert; KRISTOL, William (Eds.). 2000. *Present dangers: crisis and opportunity in American foreign and defense policy*. San Francisco: Encounter Books.

KITCHING, Gavin. 2001. *Seeking social justice through globalization: escaping a nationalist perspective*. University Park, PA: Pennsylvania State University Press.

LIPIETZ, Alan. 1992. *Towards a new economic order: post-fordism, ecology, and democracy*. New York: Oxford University Press.

LUCE, Henry. 1941. *The American century*. New York: Farrar and Rinehart.

MARCUSE, Herbert. 1964. *One dimensional man: studies in the ideology of advanced industrial society*. Boston: Beacon Press.

MCMICHAEL, Philip. 2004. *Development and social change*. 3rd ed. Thousand Oaks, CA: Pine Forge Press.

MILANOVIC, Branko. 2002. The world income distribution, 1998 and 1993. *The Economic Journal*, n. 112, January, p. 51-92.

- MILLS, Wright C. 1961. *The sociological imagination*. New York: Grove Press.
- MISHEL, Lawrence; BERNSTEIN, Jared; BOUSHEY, Heather. 2003. *The state of working America 2002-2003*. Ithaca: Cornell University Press.
- MISHEL, Lawrence; BERNSTEIN, Jared; SCHMITT, John. 2001. *The state of working America 2001-2001*. Ithaca; London: ILR Press.
- O'CONNOR, James. 1974. *The fiscal crisis of the State*. New York: St. Martin's Press.
- OFFE, Claus. 1985. *Disorganized capitalism* Cambridge: MIT Press.
- \_\_\_\_\_. 1996. *Modernity and the State: East, West* Cambridge: MIT Press.
- OFFE, Claus; RONGE, Volker. 1979. Theses on the Theory of the State. In : FREIBERG, 1. W. *Critical sociology*. New York: Irvington Publishers. p. 297-344.
- PARSONS, Talcott. 1971. *The system of modern societies*. Englewood Cliffs, N.J.: Prentice-Hall.
- PHILLIPS, Kevin. 2002. *Wealth and democracy: a political history of the American rich*. New York: Broadway Books.
- POLLIN, Robert. 2003. *Contours of descent: V.S. economic fractures and the landscape of global austerity*. London; New York: Verso.
- PRECHEL, Harland. 1994. Economic crisis and the centralization of control over the managerial process: corporate restructuring and neo-fordist decision-making. *American Sociological Review*, n. 59, p. 723-745.
- ROSTOW, Walter W. 1960. *The stages of economic growth*. Cambridge. UK: Cambridge University Press.
- RUBIN, Robert; WEISBERG, Jacob. 2003. *In an uncertain world: tough choices from Wall Street to Washington*. New York: Random House.
- RUBNER, Alex. 1990. *The might of the multinationals: the rise and fall of the corporate legged*. New York: Praeger.

SCOTI, Robert. 2003. The high price of 'free' trade: NAFTA's failure has cost the United States jobs across the nation. November. (EPI Briefing Paper). Disponível em: <<http://www.epinet.org>>.

STIGLITZ, Joseph. 2003. *The roaring nineties: a new history of the world's most prosperous decade*. London; New York: W.W. Norton & Company.

U.S. DEPARTMENT OF STATE. 2002. The national security strategy of the United States of America. September 17. Disponível em: <<http://www.state.gov>>.

WADE, Robert H. 2006. Inequality and globalization: comment on Firebaugh and Goesling. UC Atlas of Global Inequality. Disponível em: <<http://ucatlas.ecsc.edu>>.